



**Entre a Literatura e a História da Educação:  
uma leitura de *Amar, Verbo Intransitivo*<sup>1</sup>**

Between Literature and History of Education:  
a reading of “*To Love, Intransitive Verb*”

Entre Literatura e Historia de la Educación:  
una lectura de *amar, verbo intransitivo*

Marco Antonio de Santana

Universidade Federal de Jataí (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-1816-3591>

<http://lattes.cnpq.br/9309220817043231>

[bh.santana@yahoo.com.br](mailto:bh.santana@yahoo.com.br)

Raquel Discini de Campos

Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-5031-3054>

<http://lattes.cnpq.br/3515581736708487>

[raqueldiscini@uol.com.br](mailto:raqueldiscini@uol.com.br)

**Resumo**

O presente artigo discute o uso da literatura como fonte historiográfica para a escrita da história da educação e reflete sobre maneiras de compreender, por intermédio da leitura desse tipo de vestígio do passado, as representações em circulação na São Paulo do início do século XX sobre as mulheres em geral – e as preceptoras, em particular. Também discute, por meio da leitura crítica da obra *Amar, verbo intransitivo*, do intelectual modernista Mario de Andrade, as relações entre texto e contexto da escrita do livro, particularmente, o período de 1923-1944. À luz dos preceitos teóricos oriundos da História da Educação, da História Cultural e da Filosofia da Linguagem, o texto tece considerações acerca das relações entre dois campos distintos – a História da Educação e a Literatura –, ao mesmo tempo em que problematiza, por intermédio da análise crítica da fonte, as representações de feminilidade e de educação em circulação no período.

**Palavras-chave:** Amar, verbo intransitivo; Preceptorias; Fontes literárias.

<sup>1</sup> O presente artigo é um desdobramento de tese de doutorado finalizada em 2022, e contou com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo contemplada com Prêmio Capes de Tese 2023 no campo da Educação, conforme Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2023, n.167, seção 3, p.81. Grupo de Pesquisa de origem: “Estudos interdisciplinares em História da Educação (fontes, teoria e metodologia), do PPGED-UFU/CNPq.

## Abstract

The present article discusses the use of literature as a historiographic source for writing the history of education and reflects on ways to understand, through the reading of this type of vestige of the past, the representations in circulation in São Paulo at the beginning of the twentieth century about women in general - and preceptors, in particular. It also discusses, through a critical reading of the work "To Love, intransitive verb" by the modernist intellectual Mario de Andrade, the relations between text and context of the writing of the book, particularly the period 1923-1944. In the light of theoretical precepts from the History of Education, Cultural History and Philosophy of Language, the text weaves considerations about the relations between two distinct fields - the History of Education and Literature - while problematizing, through the critical analysis of the source, the representations of femininity and education in circulation in the period.

**Keywords:** To Love, intransitive verb; Preceptorship; Literary sources.

## Resumen

El presente artículo discute el uso de la literatura como fuente historiográfica para escribir la historia de la educación y reflexiona sobre las formas de comprender, a través de la lectura de este tipo de vestigio del pasado, las representaciones en circulación en São Paulo a principios del siglo XX sobre las mujeres en general - y las preceptoras, en particular. También discute, a través de una lectura crítica de la obra Amar, verbo intransitivo, del intelectual modernista Mario de Andrade, las relaciones entre texto y contexto de la escritura del libro, en particular el período 1923-1944. A la luz de preceptos teóricos de la Historia de la Educación, de la Historia Cultural y de la Filosofía del Lenguaje, el texto entreteje consideraciones sobre las relaciones entre dos campos distintos -la Historia de la Educación y la Literatura-, al tiempo que problematiza, mediante el análisis crítico de la fuente, las representaciones de la feminidad y de la educación en circulación en la época.

**Palabras clave:** Amar, verbo intransitivo; Precepto; Fuentes literarias.

Recebido: 04/08/2023

Aprovado: 03/11/2023

## Introdução

As discussões contidas no presente artigo estão inseridas no campo dos estudos sobre a História da Educação no Brasil, na perspectiva da *Nova História Cultural* (BURKE, 2008; GALVÃO; LOPES, 2010; LEENHARDT, 1998; PESAVENTO, 2014). Em síntese, a partir dos pressupostos dos historiadores da cultura, refletimos sobre a potencialidade do uso da literatura para a compreensão das representações de mulheres preceptoras que estiveram em exercício no Brasil, mais precisamente nas casas das famílias ricas paulistanas, no início do século XX. Nesse esforço, o romance *Amar, verbo intransitivo* – doravante designado apenas *Amar*<sup>2</sup> –, do intelectual Mario de Andrade, emerge como primoroso artefato cultural, se considerarmos os pressupostos teóricos que envolvem a utilização da fonte literária para a compreensão da cultura de um dado tempo/espaço.

Assim, buscamos discutir, para além das questões consagradas pela crítica literária sobre esse célebre texto (SAGAWA, 2010; SCHÜLER, 1992), as possibilidades de aproximação entre a realidade imaginada pelo autor sobre tais professoras e as representações em circulação no meio social que dela podemos extrair. Trata-se de contraponto entre a arte e a verossimilhança, já que o conhecimento do passado que nos chega na forma de texto literário só pode ser entendido do ponto de vista do fazedor daquele passado, sob pena de anacronismo, como nos diz Erich Auerbach ([1946]/2021, p. 25) em sua obra *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*.

*Amar* enuncia um peculiar processo educativo não escolar fora dos quadrantes institucionais, a partir de um provocativo escritor que, dentre sua variada atuação intelectual, também era professor, razão pela qual, em seu expediente criativo, pôs em destaque os anseios e os percalços de uma personagem praticante de atos pedagógicos em domicílio (PRATSINIS, 2017; 2020; SAGAWA, 2010; SCHÜLER, 1992).

Diante disso, somos levados aos seguintes questionamentos: Quem é a preceptora representada em *Amar*? O que tal preceptora imaginada por Mario de Andrade nos diz sobre a história das mulheres em geral, e das educadoras/preceptoras em particular, no alvorecer do século XX? Quão intensamente a preceptoria é concebida em tal romance? Quais espaços estava a ocupar? Essas são as questões que buscamos responder a seguir.

Quanto ao método empregado na construção de nossa empiria, trata-se da análise crítica de vestígios do passado, sintetizados no conceito de operação historiográfica: rearticulação de vestígios do passado no tempo presente por intermédio de uma prática interpretativa cunhada, sobretudo, por um lugar social. Transformação de um artefato cultural em fonte de informação sobre o passado (CERTEAU, 2020). Detalharemos detidamente a questão no tópico a seguir.

## Algumas interfaces entre literatura e história da educação

Os textos literários são capazes de fornecer multiplicidade de leituras ao pesquisador, além de nos auxiliarem a compreender questões da experiência humana do passado que, dificilmente, apenas os documentos oficiais ou qualquer outro tipo de vestígio seriam capazes de entregar. Talvez seja por essa razão que Febvre (1989, p. 31), em passagem clássica, explicou que os documentos são vitais para o historiador, mas esclareceu que são todos os textos “e não só os documentos de arquivo em cujo favor se cria um privilégio [...]. Mas também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência”.

<sup>2</sup> Abreviação para maior fluidez de leitura.

Nessa perspectiva, Antonio Candido, em detida análise do assunto, elucidou que a experiência humana e a dimensão social são fatores da arte, advertindo – assim como fez Robert Darnton (2010), em *O beijo de Lamourette* – serem literatura e história bons vizinhos, na perspectiva de melhor considerá-los como vasos comunicantes do que figuras estanques, em que pesem suas especificidades tanto teóricas quanto metodológicas.

A essa altura, alinhada à possibilidade exposta por Lucien Febvre, resta saber qual papel *Amar* desempenhou, quando de sua produção, na capital paulista de 1923 a 1944<sup>3</sup>, e em que medida o texto literário nos aproxima da realidade social, cultural, política e econômica daqueles tempos. Ademais, quais vontades, utopias e dilemas a literatura pode expressar e o que isso tem a ver com a vida coletiva da época? É necessário decantar a ficção da realidade?

Essas são indagações que permeiam a atividade do pesquisador que pretende se valer da fonte literária para sua escrita. São formulações direcionadas para a obra aqui selecionada, mas outras também caberiam nessa moldura. Se a literatura e demais expressões artísticas são produzidas por pessoas de um dado tempo/espaço, compreende-se que a literatura se apresenta como fonte primorosa para entender os sentidos da existência. Embora possa parecer situação adversa, o historiador se baseia em fatos cristalizados nas fontes, como provas que darão credibilidade à narrativa, mas, como explica Antoine Prost, o historiador:

situa-se em um momento que o futuro era antecipado para o presente pelos homens do passado à luz de seu próprio passado; pela imaginação, ele reconstrói um momento passado como um presente fictício em relação ao qual ele redefine um passado e um futuro. Seu passado é um tempo com três dimensões (PROST, 2017, p. 163).

Nessa direção, convém lembrar que Literatura, diferentemente da História, é arte. Tal fato a particulariza em relação a outros tipos de textos. Não se trata, portanto, daquela concepção de que a literatura é empregada para definir todas as expressões escritas, como literatura médica, jurídica, contábil, nada disso. A ideia aqui descrita é aquela oriunda de Aristóteles e seu conceito de *mimese*, que significa imitação do mundo. A literatura enquanto arte traz isso: a representação.

O que é imperioso ter em mente para compreender a literatura como fonte historiográfica é enfatizar o modo como ela foi concebida e tentar compreender os limites entre a ficção e a ciência histórica, pois a forte ideia que se tem é que literatura retrata o fingimento, o imaginário ou é uma forma de entretenimento para o leitor, puro deleite dissociado da realidade, a qual não tem compromisso com a verdade (TODOROV, 2020).

Mas a literatura pode narrar esteticamente situações que povoaram a mente do autor, extraídas do mundo a seu entorno, o que não quer dizer que seja tudo invenção nem que tudo seja verdade. O dilema, afinal, não é esse, pois a literatura pode relatar o mundo sem compromisso com a exatidão, contudo, dela pode-se extrair o que é verossímil, já que o texto literário “não nasce no vazio, mas no centro de um conjunto de discursos vivos, compartilhando com eles numerosas características” (TODOROV, 2020, p. 22).

---

<sup>3</sup> Entendemos que esse lapso temporal se justifica pelo fato de ser o período de escritura do romance *Amar* e decorre do que o autor vivenciou e captou da sociedade naquele tempo e espaço. O termo inicial em que Mário de Andrade projetou e começou a escrever o romance *Amar* foi o ano de 1923 (com primeira publicação em 1927), até o termo final, em 1944, quando publicou a segunda versão da obra, com várias mudanças, a começar pelo título, em que intransitivo perdeu o z, quarenta páginas foram retiradas, alguns trechos foram reposicionados, outros acrescentados.

Nessa direção, também Aristóteles ([335? a.C.]/2007, p. 43) já dizia em sua *Arte Poética* ser “[...] evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança<sup>4</sup> ou a necessidade”, ou seja, não compete ao poeta a exatidão, mas ele também não está impedido de narrar com perfeição. Por essa razão, conforme infere Candido (1981), a plausibilidade e a coerência interior da narrativa se tornam mais importantes que a precisão referencial. E essa empreitada requererá grande esforço ficcional, e não um mero registro informativo.

De algum modo, toda obra de ficção possui raízes na sociedade em que foi produzida, que equivalem à relação de produto/espaco serem grandezas diretamente proporcionais: *Amar* está para a capital paulista assim como Mário de Andrade está para o romance. É nesse sentido que Abreu (2006, p. 41) explica que “literatura é um fenômeno cultural e histórico e, portanto, passível de receber diferentes definições em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais”. Assim, quanto à pesquisa no campo da história da educação, busca-se compreender os modos como a literatura foi produzida e o que a torna especializada, em contraponto com outras expressões comunicativas ou registros contextuais de quando foi escrita.

Nicolau Sevcenko ([1983]/2014) publicou importante obra intitulada *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. Trata-se de estudo sobre o cenário brasileiro do final do século XIX, de grandes transformações políticas e econômicas, em que se destacam a abolição e a Proclamação da República que, a despeito das inegáveis permanências, particularmente àquelas relativas à desigualdade, colocaram o Brasil noutra lugar social, político e econômico. Foi nesse contexto que Euclides da Cunha e Lima Barreto elaboraram suas respectivas obras literárias, as quais Sevcenko (2014) identifica como permeadas pelo espírito de missão de invento de linguagem e de país que traçam um panorama entre ciência, cultura e história.

Convém lembrar que Sidney Chalhoub (2003) desenvolveu importante contribuição historiográfica com a obra *Machado de Assis historiador*, na qual aborda aspectos de um literato que nos ajuda a compreender o Brasil oitocentista e os sentidos do processo histórico que testemunhou.

Nessa perspectiva, destacamos também a tese *A experiência do cuidado de si em Machado de Assis*, de Fernandes (2022), que, por sua vez, demonstrou a potência da obra machadiana para a compreensão das dimensões educativas presentes na escrita desse autor no campo da História da Educação.

Enfatizamos ainda a apresentação de dossiê publicado no periódico *Cadernos de História da Educação*, cuja temática aborda as “Contribuições da literatura para a História da Educação”, em que Lima e Menezes (2022) esclarecem que a literatura tem sido tomada tanto como fonte quanto como objeto, de forma mais intensa, a partir de 1990, de modo que a abordagem acadêmica desse encontro interdisciplinar tem forjado, cada vez mais, trabalhos férteis para a compreensão da História da Educação.

Desse modo, a literatura é “fonte fecunda”, conforme nomeou Ferreira (2020), não apenas para o leitor em geral, mas, sobretudo, para o exame cuidadoso do historiador, por ter suficiente potencial para acentuar a imaginação e a sensibilidade, atributos tão caros ao ofício do historiador. O que se tem é que as manifestações artísticas que comportam a literatura, como infere Ferreira (2020), são fontes inesgotáveis para compreender o que elas têm a dizer sobre representação social, considerando que as representações do mundo social são continuamente determinadas pelos interesses de grupo que as tecem, conforme formulação clássica de Chartier (1991).

---

<sup>4</sup> Convém lembrar que a verossimilhança não está associada apenas à teoria das representações colhidas da literatura e/ou mitologia, mas é também fortemente utilizada no campo jurídico. Igualmente conhecida como plausibilidade, a verossimilhança aponta para uma aparente credibilidade do fato e do direito quando os elementos de prova apresentados dão segurança ao julgador para proferir decisões interlocutórias emergenciais, para evitar perecimento do bem ou evitar prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

Para compreender o mestre-escola e a professora no século XIX, por exemplo, Villela (2020) utilizou variadas fontes, a fim de discorrer sobre o surgimento das escolas normais, os saberes ensinados naquelas escolas e a feminização do magistério no Brasil. Dentre as fontes apresentadas, o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, no trecho abaixo transcrito, serviu para ilustrar o cotidiano escolar de gente comum:

Com efeito foi cuidar nisso e falar ao mestre para receber o pequeno; morava este numa casa da rua da Vala, pequena e escura. Foi o barbeiro recebido na sala que era mobiliada por quatro ou cinco longos bancos de pinho sujos pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior onde escreviam os discípulos, toda cheia de pequenos buracos para os tinteiros; nas paredes e no teto havia penduradas uma porção de enormes gaiolas de todos os tamanhos e feitios, dentro das quais pulavam e cantavam passarinhos de diversas qualidades: era a paixão predileta do pedagogo (ALMEIDA, 1998, 44-45).

Ao cotejar o texto do romancista com jornais oitocentistas em circulação, bem como relatórios de viajantes, Villela (2020) percebeu que preceptoras brasileiras e estrangeiras se ofereciam para lecionar nas casas, já que existia tal demanda por parte de algumas famílias de boas posses. Entretanto, quando se trata de famílias comuns, o desafio de compreender como se realizava o acesso à educação torna-se árdua tarefa. De todo modo, os registros de iniciativas do Estado, no sentido de organização da educação primária, fazem com que o texto ficcional de Manuel Antônio de Almeida não seja mera imaginação, mas lâmpada a iluminar frestas e lacunas no conhecimento.

Nessa linha, Cury (2021), ao analisar a conjuntura contemporânea do *homeschooling* como desafio legal a partir do advento da pandemia do novo coronavírus, havida a partir de 2019, apresenta um estudo sobre a educação doméstica no Brasil, vigente inclusive na Primeira República, e cita o romance *O Ateneu* (1888), de Raul Pompeia, como fonte literária que aborda a educação em casa como prática disseminada antes do ingresso no ensino secundário.

Louro ([1997]/2017), por sua vez, na escrita do texto denominado “Mulheres na sala de aula”, vale-se do provocativo *Opúsculo humanitário*, de Nísia Floresta (1810-1885), uma professora autodidata possuidora de voz de vanguarda, para denunciar a difícil realidade das mulheres. E Maria Teresa Santos Cunha, pioneiramente, publicou, em 1990, *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*, analisando as estratégias de educação da subjetividade feminina entre as décadas de 1930 e 1960.

Esses e vários outros escritos utilizaram de algum modo a literatura como fonte para a construção de uma pesquisa em história da educação. Eles demonstram que o exame crítico de textos literários nos permite o conhecimento de variadas questões que envolvem o ato educativo (escolar ou não), como se vislumbra em *Amar*.

### **A mulher representada em *Amar***

Uma das chaves para compreender a situação de subjugação das mulheres ao longo da história está relacionada à ideia de poder, inclusive, como sabemos, o gênero é uma construção decorrente das próprias relações de poder entre homens e mulheres, pois é a partir de tais relações que ele é legitimado.

Curiosamente, embora o Direito lide com regulações que na essência revelam a posituação de interesses produzidos na relação de força política, os manuais jurídicos não expressam claramente o conceito de poder, embora presentes seus efeitos. Limitam-se, quando muito, a dizer sobre sua legitimidade, coerção e sua relação com a moral, como, por exemplo,

em Reale (2009, p. 46), ao expressar que “a moral é incoercível, mas o direito é coercível”. Tal constatação excetua algumas obras de filosofia do direito que, por vezes, abordam a temática. Mas o que é o poder?

Poder, no sentido de comportamento, é a aptidão ou a capacidade genérica de agir, de produzir efeitos, de determinar (BOBBIO; MATTECUCCI; PASQUINO, [1983]/2004, p. 933). Foucault ([1979]/2006), em texto clássico, explica que o poder se exerce e só existe na ação. Para ele, o poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe, trata-se de uma ativação e um desdobramento da relação de forças em função de uma verdade: “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade”, nomeou o filósofo (FOUCAULT, 2006, p. 14).

No contexto do romance *Amar*, a mulher é ao mesmo tempo objeto do poder e sujeita a ele por determinação de uma sociedade com fortes traços patriarcais. A perversidade dessa sujeição está na legitimação que se obtém do discurso construído em torno de valores religiosos e culturais. Assim, à medida que são criadas regulações com base no poder, que expande o direito dos homens e restringe o das mulheres, o não cumprimento pode gerar possíveis coerções, mesmo que não passem de costumes.

Ademais, não perdemos de vista a crucial questão de que o tempo da escritura de *Amar* coincide com a primeira onda feminista brasileira, a partir da qual vários esforços foram envidados por mulheres de espírito combativo e de vanguarda, visando não só o direito político ao sufrágio, mas o reconhecimento de sua isonomia e autonomia em diversos campos, como o trabalho e a educação.

Basta ver, conforme nos conta Besse (1999) em sua obra *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*, que em razão de tais lutas as mulheres passaram gradativamente a ocupar espaços nunca imaginados no Brasil. Para a pesquisadora, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os papéis femininos começaram a mudar no Brasil, ao compasso da expansão econômica e do processo de urbanização, conjuntura que permitiu às mulheres de classes médias e altas acessarem, gradualmente, espaços além dos privados, ante oportunidades de educação e de trabalho remunerado – um fenômeno, aliás, ocorrido em boa parte do mundo ocidental (PEDRO, 2017; PERROT, 2019; SOIHET, 2013).

Não obstante os esforços e as conquistas implementadas, o caminho contava com forte suspeição masculina, que em *Amar* é personificada na preceptora. Ela se curva à contingência de uma necessidade de sobrevivência, em contraponto com a letargia e as tradições da família contratante dos seus serviços. Tal família simboliza a continuidade do estado de coisas que colocava a mulher na condição de inferioridade. *Amar* mostra esse contraste entre mulheres independentes, e trabalhadoras, como Fräulein, diante daquelas da casa contratante, educadas para se aterem às demandas do lar, a partir da lógica de preponderância do homem sobre a mulher. Mulheres-adornos sociais, conforme tão bem nomeou Perrot (2009).

Nesse sentido, o contraponto masculino/feminino é o que sustenta esse sentido de poder, cuja referência, para ser reconhecida e seguida, precisa se revelar fixa, uma espécie de dogma, tradição acima da construção humana, algo transcendental ou a-histórico, fazendo com que se naturalize a relação dupla, enraizada na dinâmica social de forma tão profunda que sustenta o poder. Desse modo, sua ruptura torna-se bastante difícil, pois, não fosse a hígidez, estaria abrindo espaço para minar o costume.

Seguindo essa linha, o histórico de milenar subjugação feminina arraigou muitos registros nos fundamentos de valor e no imaginário das pessoas, resultando, por exemplo, na seleção/distinção de moças “para casar” e para relacionamento ocasional, como a preceptora culta Fräulein e centenas de “mulheres de encontro”. Pouco importa ser amor casual, em razão de tácito contrato prévio de uso do corpo feminino como instrumento pedagógico; ou diretamente com meretrizes do Brás ou do Bom Retiro paulistano, para os já iniciados, pois

também precisavam ter com quem dar vasão às suas pulsões, ou lascívias, conforme costume da época (MATOS; SOIHET, 2003; RAGO, 1996, 2008).

Essa inculcação repercutiu inclusive no vernáculo, já que a língua é vivo produto social. Basta ver o sentido dúbio que pode ser atribuído ao homem e à mulher com as palavras aventureiro(a), experiente, livre, perdido(a), profissional. Tal reflexo pode ser observado no significado das palavras registradas nos dicionários, como “professor” e “professora”, em que, para ela, há no verbete alusão à figura da prostituta, e o mesmo não ocorre para ele.

Eliane Vasconcellos Leitão (1981), em *A mulher na língua do povo*, desenvolveu detida reflexão quanto à invisibilidade da mulher e ao estereótipo desumanizado canalizado na assimetria das palavras, seja nos pronomes indefinidos, seja na concordância com a concorrência<sup>5</sup> de gênero e o uso genérico da forma masculina, concluindo que língua e sexo estão sempre ligados, de diversas formas. Isso parece estar bastante relacionado à ideia de como o corpo é socialmente concebido, considerando que nele se aglutinam as dimensões orgânicas e sociais, o que reflete na língua, mesmo antes de começarmos a desenvolver a fala.

No quadro abaixo, compilamos significados contidos no vernáculo brasileiro que demonstra um significado não aleatório para o verbete *professora*, já que, tanto em Ferreira (2010, p. 1.715) quanto em Houaiss (2004, p. 2.306), o resumidíssimo resultado nesse último dicionário coincide com a acepção “*N.E. Pop. Prostituta com que adolescentes se iniciam na vida sexual*”.

#### Quadro 1 – Significado dos verbetes professor e professora em língua portuguesa

Fonte	PROFESSOR	PROFESSORA
Ferreira (2010, p. 1.715)	(ô) [Do lat. <i>Professore.</i> ] <b>S. m.</b> 1. Aquele que professa ou ensina uma ciência, uma arte, uma técnica, uma disciplina; mestre: <i>professor</i> universitário; <i>professor</i> de ginástica. 2. <i>Fig.</i> Homem perito ou adestrado. 3. Aquele que professa publicamente as verdades religiosas. [Flex.: <i>professora</i> (ô), <i>professores</i> (ô), <i>professoras</i> (ô). Cf. <i>professora</i> , <i>professoras</i> e <i>professores</i> , do v. <i>professorar.</i> ] ♦ Professor orientador. <i>Educ.</i> professor com boa qualificação, que orienta trabalhos acadêmicos, pesquisas científicas, dissertações e teses. Professor titular. O que exerce cátedra (3); catedrático.	(ô) [Fem. de <i>professor.</i> ] <b>S. f.</b> 1. Mulher que ensina ou exerce o professorado; mestra. 2. <i>Bras., N.E.</i> <sup>6</sup> <i>Pop. Prostituta com que adolescentes se iniciam na vida sexual.</i> [Pl.: <i>professoras</i> (ô). Cf. <i>professora</i> e <i>professoras</i> , do v. <i>professorar.</i> ]. (Grifo nosso).
Houaiss (2004, p. 2.306)	/ô/ <i>s.m.</i> (sXV cf. FichlVPM) <b>1</b> aquele que professa uma crença, uma religião <b>2</b> aquele cuja profissão é dar aulas em escola, colégio ou universidade; docente, mestre ( <i>p. de matemática</i> ) <b>2.1</b> aquele que dá aulas sobre algum assunto ( <i>p. de dança</i> ) ( <i>p. de violão</i> ) <b>2.2</b> <i>p.ext.</i> aquele que transmite algum ensinamento a outra pessoa ( <i>peça-lhe para ensinar seu filho a andar de bicicleta, que ele é bom p.</i> ) <b>3</b> aquele que tem diploma de algum curso que forma professores (como o normal, alguns cursos universitários, o curso de licenciatura etc.) <b>4</b> <i>fig.</i> indivíduo muito versado ou perito em (alguma coisa) ■ <i>adj.</i> <b>5</b> que professa; profitente <b>6</b> que exerce a função de ensinar ou tem diploma ou título de professor ♦ [...].	<i>s.f.</i> <b>1</b> mulher que ensina ou exerce o professorado <b>2</b> <i>B N.E. infrm. prostituta com quem adolescentes se iniciam na vida sexual</i> • uso no Brasil o termo é us. com relação à mulher que ensina em qualquer nível, desde o jardim de infância até a universidade • ETIM fem. de <i>professor</i> , ver <i>profess-</i> • HOM professora (fl. professorar); professoras [ô] (pl.) / professoras (fl.professorar). (Grifo nosso).

Fonte: Quadro elaborado com citações diretas dos respectivos dicionários.

<sup>5</sup> “Quer dizer, figuram juntas uma ou mais formas masculinas e femininas, constatamos que o adjetivo, que as determina, é usado quase que obrigatoriamente no masculino plural” (LEITÃO, 1981, p. 17), exemplo: Vitor, Maria e Joana são estudiosos.

<sup>6</sup> Em obra denominada *Nada na língua é por acaso*, Bagno (2007) trata das variações linguísticas, e essa contida no Quadro 1 é classificada como diatópica, que diz respeito às variantes regionais a partir da cultura.

Talvez essa seja a marca de maior perturbação do que foi analisado até aqui, pois a ideia que ficou em circulação de 1895 a 1920, posta nos estudos de Galvão e Lopes (2010), Louro (2017) e Reis (1993) entre outros, mostram professoras como sacerdotisas, peregrinas, abnegadas missionárias, cuja profissão atraía controle moral sobre as jovens estudantes desde a escola normal. Até mesmo as fotografias mostravam poses altamente respeitáveis, destacando um olhar profundo e solene dessas moças, denotando altos ideais missionários, diametralmente opostos à ideia de prostituição. Parece que a chave para compreender tal perplexidade está presente na imagem de que prostituta é aquela que “vende qualquer tipo de saber”, em função da demanda que existir, ainda que sejam aulas práticas de iniciação sexual ou sentimental.

Dito isso, percebe-se que a imagem da mulher se mostra flutuante ao ser revelada pelas construções culturais. A educação e o voto são exemplos das principais bandeiras de lutas feministas do século XX, basta ver que, sob o manto da Constituição vigente na Primeira República – contemporânea ao idílio<sup>7</sup> de Mário de Andrade –, a mulher não podia participar dos sufrágios, mas os anos de 10 a 30 do período foram marcados por muitas investidas femininas na tentativa de romper tais cadeias, inclusive quanto ao trabalho de professoras (CAMPOS, 2009; VIDAL; VICENTINI, 2019; XAVIER, 2014).

Esse sistema hermético de subjugação feminina não passou despercebido pelo legislador do início do século XX, no que diz respeito às questões civis. O próprio Código Civil de 1916 atingia ferozmente as mulheres do tempo do *Amar*. Tal *códex*<sup>8</sup> dizia que as mulheres não tinham capacidade plena, de modo ser necessário anuência do pai, se solteira, e do marido, se casada, para prática de atos da vida civil. Isso revela um traço importante, cujo efeito às vezes é ignorado quando, por exemplo, a personagem dona Laura (esposa do senhor Felisberto Sousa Costa, contratante de Fräulein) não toma decisões importantes na família em razão do seu suposto déficit cognitivo e reprodução de um *ethos* social que nega o protagonismo feminino e o crescimento intelectual.

Observe-se que dona Laura não participou das tratativas feitas entre Felisberto Sousa Costa e Fräulein sobre a empreitada que mirou o filho Carlos, nem quanto à forma, muito menos quanto à remuneração. Mas teve que abrir sua casa para a entrada de uma mulher que sequer conhecia. O romance revela que dona Laura, ao conhecer Fräulein, estava irritada com a decisão do marido, mas conteve-se, pois a obediência era o principal dever da esposa: “– Bom dia. A senhora é a governanta, é? Ela sorriu, escondendo a irritação. – Sou” (ANDRADE, [1944]/1995, p. 52).

Adiante, quando dona Laura descobre o real motivo da presença de Fräulein, não se insurge, acatando silenciosamente a decisão vinda de cima *comme il faut*, já que oportunizar a Carlos ter um “futuro lar sagrado” por meio do serviço da preceptora lhe parecia justo. Mário de Andrade escancara bem essa realidade na seguinte passagem:

Sousa Costa olha o chão. Dona Laura olha o teto. Ah! criaturas, criaturas de Deus, **quão díspares sois!** As Lauras olharão sempre o céu. Os Felisbertos sempre o chão. Alma feminina ascensional... **É o macho apegado às imundícies terrenas.** Ponhamos imundícies terráqueas (ANDRADE, 1995, p. 81, grifo nosso).

<sup>7</sup> Conforme Moisés ([1974]/2008), idílio diz respeito a todo poema curto lírico, amoroso, descritivo, dramático ou épico, para temáticas campestres ou pastoris, e passou também a caracterizar estória sentimental. Idílio foi utilizado por Mário de Andrade como subtítulo do romance *Amar*, que remete à lição saturada de dores e decepções.

<sup>8</sup> No âmbito da sociologia jurídica, há consenso que o direito de família é o mais conservador do sistema jurídico, em razão do intenso respeito à instituição social que ele representa, que é mais próxima da ordem natural e biológica, bem como por ser vinculado às tradições e aos costumes estruturados no interesse de manter (e não transformar) uma ordem existente que transmita valores culturais (ROSA, [1970]/2009, p. 107).

O que foi discutido, bem como a leitura da cena transcrita, demonstram que os papéis já estão previamente definidos e que as esposas deviam apenas aceitar o dito (olhar para cima), como decorrente de prerrogativa mágica. O Art. 233 do Código Civil<sup>9</sup> de 1916 conferia ao Sr. Felisberto tal direito, logo, pela norma vigente, não usurpava ninguém, já que a chefia da sociedade conjugal lhe pertencia, sendo assim, todas suas decisões sobre a família eram legitimadas pelo ordenamento jurídico civil então vigente, que não era fruto do acaso, mas reflexo e refração da dinâmica social.

### **A preceptora representada em *Amar***

Pelo romance, percebe-se que Fräulein era mulher requintada, conhecia vários idiomas, inclusive o português, pois comunicava-se com facilidade em terra brasileira, mas carregava sonhos de um dia regressar à Alemanha, casar-se e constituir família. Todavia, independentemente do nível intelectual que possuía, estava sujeita às mesmas restrições impostas às mulheres em razão do sexo. Era uma mulher, logo, sob as regulações cíveis brasileiras, era uma “quase pessoa”, considerando que em diversos domínios da vida interdições lhe impunham inferioridade.

Em relação a ser professora estrangeira e sua difícil condição de vida no Brasil, Mário de Andrade escancarou um contraste, valendo-se do estereótipo construído em torno do povo alemão. Nenhum fio de cabelo fora do lugar representa muito mais que esmero e cuidado pessoal, mas aponta para as questões que Norbert Elias (1997) apresentou em *Os Alemães*, obra que trata da formação daquele Estado europeu e dos hábitos de seus cidadãos. Ademais, quando se fala em alemães, às vezes ocorre a associação imediata daquele povo às características de austeridade, pontualidade, frieza, confiabilidade, mas também à disciplina, racionalidade etc.

Dentro dessa perspectiva, é importante destacar que a personagem Fräulein foi pensada estrategicamente, mas o autor não quis meramente mostrar os atributos de alguém que questionava firmemente o preço do serviço de táxi no Brasil, que se incomodava com o desalinhamento de caixas na estante da família contratante ou se atormentava com o irregular atraso de quinze minutos para a aula ou o almoço, ou seja, estranhava a própria cultura brasileira. A intenção maior era pôr às claras que se tratava de mulher culta, mas carregada de certa mediocridade, na medida em que era adepta de pensamentos teóricos que sustentavam a superioridade racial dos alemães em relação aos demais povos do mundo, particularmente brasileiros.

No texto, lê-se: “O nobre destino do homem é se conservar sadio e procurar esposa prodigiosamente sadia. De raça superior, como ela, Fräulein. Os negros são de raça inferior. Os índios também. Os portugueses também” (ANDRADE, 1995, p. 63). Vê-se aqui certa confluência entre os preconceitos da professora com os da família Sousa Costa, que tentavam disfarçar os sinais físicos da própria brasilidade miscigenada. Ora, aquela que carregava o ardente apreço pelo planejamento e pela previsibilidade, de repente precisa vender seus serviços no Brasil. Mas o autor destaca que a sobriedade e a praticidade dos alemães não foram facilitadoras de adaptação, pelo contrário. Conforme a lente de Mario de Andrade, seríamos um povo cheio de exclamações.

Mas não tem dúvida: isso da vida continuar igualzinha, embora nova e diversa, é um mal. Mal de alemães. O alemão não tem escapadas nem imprevistos. A surpresa, o inédito da vida é pra ele uma continuidade a continuar. Diante da natureza não é assim. Diante da vida é assim. Decisão: Viajaremos hoje. O latino falará: Viajaremos hoje! O alemão fala: Viajaremos hoje. Ponto-final. Pontos-de-exclamação... É preciso exclamar pra que a realidade não canse (ANDRADE, 1995, p. 54).

<sup>9</sup> “Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe: [...] IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal” (*sic*) (BRASIL, 1916, p. 23).

Nesse sentido, a preceptora representa uma mulher frustrada, imigrante mal compreendida e professora desvalorizada. Não que a quantia de Rs 8:000\$000 (oito contos de réis)<sup>10</sup> fosse aviltante, parece ser o contrário. Mas o ofício, daquele modo desempenhado, simbolizava o rompimento, tanto com o que se esperava ser peculiar aos alemães quanto com o trabalho de preceptoria.

Afinal, ser preceptora representava função altamente digna – subvertida no romance em questão. Apesar de Fräulein possuir todas as habilidades para ensinar outros idiomas e piano, sujeitava-se a ensinar também as artes do amor, atendendo uma demanda que parecia ser frequente por parte das famílias ricas brasileiras. Há em *Amar* passagem que demonstra que a família Sousa Costa não era a primeira a se valer dos serviços:

– Fräulein preparava ele. Depois isso não tem conseqüência... Quem me indicou Fräulein foi o Mesquita. O Zezé Mesquita, você conhece, ora! aquele um que mudou-se pro Rio o ano passado...

– Sei.

– Se utilizaram dela, creio que pro filho mais velho. E o pior perigo é a amante! São crianças, levam a sério essas tolices, principiam dando dinheiro por demais... e com isso vêm os vícios! O perigo são os vícios! E as doenças! Por que que esses moços andam todos desmerecidos, moles?... Por causa das amantes! e depois você pensa que Carlos, se não tivesse Fräulein, não aprendia essas coisas da mesma forma? aprendia sim senhora! Se já não aprendeu!... E com quem! Bom! o melhor é não se falar mais nisso, até me dá dor de cabeça. Está acabado e pronto (ANDRADE, 1995, p. 82).

A preceptora retrata um conflito inexorável. De sua figura emerge o dilema de seu ofício ser, ao mesmo tempo, nobre e degradado, necessário e descartável, eterno e perene. Mas o que podemos extrair dessa aparente desordem? De início, o narrador coloca em evidência a dicotomia entre o **homem da vida** e o **homem do sonho**<sup>11</sup>. Uma luta interior travada e vivida pela preceptora, cuja oposição diz respeito às relações: inconsequente / comedido; amor prático / amor romântico.

O homem do sonho considera a lição de iniciação sexual por dinheiro como insulto e urra de decepção. De maneira diversa, o homem da vida diz: “Não é bem isso, minha Senhora. Não sou nenhuma sem-vergonha nem interesseira! Estou no exercício de uma profissão. E tão nobre como as outras” (ANDRADE, 1995, p. 77). Fräulein carregava em si tal dicotomia. Na aparência, é professora que precisa ser insexual, de reputação ilibada, ou ainda, utilizando as palavras de Guacira Lopes Louro (2017, p. 444), de necessária “moral inatacável”. Percebe-se que a atividade de iniciar o aluno ao amor, admitida pelo homem da vida, sustenta a intenção

<sup>10</sup> Não obstante a dificuldade em estabelecer precisa equivalência do poder de compra da moeda em réis do tempo da escritura do *Amar* para os dias atuais, em razão das variadas condições econômicas, para termos ao menos noção da remuneração da professora Fräulein, procedemos o seguinte cálculo: em 27 de julho de 1927, a arroba do boi era cotada a Rs17\$500 (dezesete mil e quinhentos réis), de modo que os Rs 8:000\$000 (oito contos de réis) do salário de Fräulein eram suficientes para aquisição de 457,14 arrobas. Ao considerar que tal *commodity*, em 24 de janeiro de 2023, está cotada a R\$ 282,61/@, atualmente, tal quantidade [que por associação diz respeito ao ordenado de Fräulein], corresponde à quantia de **R\$ 129.192,34 (cento e vinte e nove mil, cento e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos)**. Embasamento: Diário Nacional (1927, p. 7) e CEPEA (2023). Até 1942, o padrão monetário brasileiro era o *mil-réis* (1\$000), de modo que um milhar de *mil-réis* era equivalente a um conto de réis (1:000\$000).

<sup>11</sup> A Expressão “homem” foi utilizada de maneira genérica pelo narrador do *Amar*, aplicável à Fräulein, referindo-se ao ser humano e não a um gênero específico, conforme Andrade (1995, p. 60).

burguesa de levar o filho/aprendiz ao casamento, baseado na ideia de viver futuramente um amor que seja elevado, mas sem loucuras, cujo maior valor fosse a vida prática e higiênica.

Mas Fräulein é humana. E sonha em obter recursos, retornar à Alemanha e constituir família. Fräulein tem fantasias e sabe que precisa nutri-las para manter-se de pé em meio à secura do mundo, à solidão e ao estranhamento em relação ao Brasil e, principalmente, em função de sua profissão aparentemente valorizada, mas que, na verdade, a objetifica.

Pelo que até aqui foi explanado, Fräulein está ciente do seu ofício e dessa espécie de docência subvertida que pratica. Como alemã, quer crer que pertence à raça mais forte, vinda de um país de austera e elevada cultura. Contudo, na casa dos Sousa Costa, não passava de mais um objeto caro, tal qual automóvel, louças e cristais. Está sujeita aos costumes das elites de um país jovem, mestiço e ainda muito distante do progresso, conforme acreditava<sup>12</sup>.

Importante notar que, ao longo do idílio, apenas o narrador chama a preceptora pelo nome. Para todos da casa era simplesmente Fräulein, e com essa alcunha se preserva, ao passo que evidencia ser a estrangeira, a estranha<sup>13</sup>. Já o narrador se vale do nome civil, Elza, para demonstrar que na mesma pessoa residia o embate entre dois seres: a mulher da vida (o “estar”) e a mulher dos sonhos (o “ser”). A passagem a seguir demonstra tal particularidade, demarcada pelos verbos ser/estar.

Fräulein pouco a pouco mecanizara a sua concepção pobre do amor. Ali o homem-da-vida e o homem-do-sonho vinham se confundir na pregação duma verdade só e, bem mais engraçado ainda, na visão do mesmo quadro. Professora de amor... porém não nascera pra isso, sabia. As circunstâncias é que tinham feito dela a professora de amor, se adaptara. Nem discutia se era feliz, não percebia a própria infelicidade. Era, verbo ser (ANDRADE, 1995, p. 104).

Contudo, essa relação verbal simultânea aglutinada na mesma pessoa não diz respeito apenas à intransitividade contida no título do romance, mas à tentativa de recomeço enquanto sina dos anos 1920. A professora se mostra insexual, sob a qual não paira qualquer suspeita do real ofício: ensinar o amor sem loucura, racional e utilitário, tão almejado pelas hipotéticas famílias burguesas paulistanas.

No ato pedagógico, é preciso que o jovem rico passe pelo despertamento daquele amor puro e sublime, mas de forma controlada. O amor ensinado por Fräulein se vale da sexualidade apenas como instrumento, negando-a em outro sentido, afinal, há uma empreitada cujo objeto da prestação do serviço é um dever que precisa superar os prazeres da carne. Assim, as lições servem exclusivamente para abrir os olhos do jovem em prol da boa família que tem e da que futuramente poderá constituir. Do que foi dito, tem-se que o “ser” e o “estar” no mundo dialogam de forma sinuosa.

Por isso pensamos que a alusão aos dualismos constitutivos integra a imagem do homem, recheada de binômios e atravessada de paradoxos, do mesmo modo que é Fräulein. Ver e compreender as dicotomias do ser humano a partir da arte depende, na visão de Mário de Andrade, de apurada sensibilidade e crítica, o que foi tornado difícil no Brasil em razão da superficialidade que vislumbrava à sua volta.

<sup>12</sup> Ina Von Binzer, ou simplesmente Fräulein, que exerceu a função de preceptora no Brasil, provavelmente falecida em 1916, antes de retornar à Alemanha, disse em uma de suas cartas direcionada a uma amiga conterrânea sobre o Brasil: “[...]é um belo país estranho, mas nunca será uma pátria” (BINZER, [1956]/2017, p. 213). Nas cartas, evidencia o pavor diante do exótico país sul-americano e a difícil tarefa de ensinar os brasileiros.

<sup>13</sup> Estrangeiro vem do latim *extrānvēus* (CUNHA, [1982]/2005, p. 333), que significa estranho, pessoa que pertence a outro grupo ou que não é membro da civitas. Refere-se também quando o Estado não reconhece a qualidade de seu membro.

Isso é demonstrado em correspondência enviada pelo autor a Manuel Bandeira, em 6 de abril de 1927, ao questionar “quem que faz crítica nesse país? Crítica verdadeira?” (ANDRADE, [1927]/2001, p. 340). Além disso, escreve que o livro teria grande complexidade de problemas que poucos perceberam naquela época. Ele se referia ao romance *Amar* e seus paradoxos internos.

Por ser um idílio peculiar, tem conjugação verbal estranha. A denúncia posta em evidência por Mário de Andrade no romance diz respeito à hermenêutica do disfarce, do retrato do que não é genuíno, da família que não é sagrada, apesar das aparências, do primeiro amor do filho que não passa de estratégia do pai. Do idílio falseado, da cidade real escondida atrás da profilaxia sexual, da angústia da mulher preceptora, que mesmo culta, tem que se sujeitar ao disfarce e ao assujeitamento em função da sobrevivência.

## Considerações finais

A leitura do romance *Amar*, verbo intransitivo, de Mario de Andrade, permite-nos pensar o texto literário como potente fonte para o escrutínio do passado, dos sonhos, dos desejos, dos medos e das fantasias daqueles que viveram antes de nós. Pelo viés da leitura deste vestígio, em especial, aproximamo-nos de uma ambiência que denota determinado tipo de educação dos costumes e das sensibilidades de homens, mulheres e crianças das primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo. De fato, a obra nos permite olhar para o processo de aculturação dos indivíduos e dos grupos em diferentes possibilidades de intersecções relativas ao gênero (homens/mulheres), ao grau de letramento (mulheres mais, ou menos instruídas), à etnia (brasileiros, alemães) e à geração (jovens, adultos, velhos).

*Amar* é romance de concatenados discursos produzidos a partir da lente do seu atento escritor. Aqui, mais uma vez, retomamos o pensamento de Michel Foucault ([1969]/2014), para quem os discursos são “nós” [ou átomos] que compõem uma rede. Um deles é a passagem do romance em que o narrador expõe que Sousa Costa olha o chão enquanto sua esposa olha sempre o céu, que remete à ideia de que os homens seriam pragmáticos, objetivos e as ações seriam pautadas por critérios claros e produtivos, ao passo que as mulheres seriam contemplativas e passivas, razão pela qual o ambiente privado era, por excelência, seu espaço demarcado socialmente: tornado natural.

Se considerarmos Mário de Andrade como poeta do novo e sua experiência obtida na administração pública ao protagonizar esforços para que o conhecimento estivesse também nas periferias, podemos pensar que *Amar* funcionou como crítica a um tipo de educação endógena e criadora de desigualdades de toda ordem: de classe e de gênero, principalmente.

*Amar* é idílio, mas não tradicional, pois a lente do autor retrata a pureza da fatalidade e tematiza um amor que, tornado verbo, não se conjuga à míngua da gramática tradicional, como forma de criticar parte da burguesia paulistana que tentava ser o que efetivamente não era para esconder o que era: conservadora, provinciana e pouco letrada.

A máscara não estava apenas no rosto de tal grupo social, mas fora ajustada na face da professora Elza, que se torna Fräulein: uma mulher inominada. Uma preceptora alemã, culta, pobre e pragmática, que ensinava o amor por necessidade de sobrevivência. Sua despersonalização se dá quando os modos de vida alheios se tornam maiores que os seus, pouco importando que os livros da mansão não passassem de ornamentos intocados, revelando uma professora fadada à vida medíocre ao encarnar a escolha política de diversas famílias, nas quais o “sono egípcio” dos livros tinha o mesmo valor do verniz que as professoras estrangeiras poderiam fornecer.

Por fim, Mário de Andrade empregou de forma proposital um enredo que refuta certezas, revela o mundo como ambíguo, mostra que o beijo também pode não ser idílico, muito pelo contrário e, sobretudo, que a educação é processo amplo, contraditório, que ultrapassa o pátio da escola, envolve diferentes tradições práticas e saberes.

## Referências

- ABREU, Márcia. *Cultura Letrada: literatura e leitura*. São Paulo: UNESP, 2008. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788539302932>.
- ALMEIDA, Manuel A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1998.
- ANDRADE, Mário de. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Bandeira. São Paulo, 6 abr. 1927. 1 carta. In: MORAES, Marcos Antonio de (org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 339-341.
- ANDRADE, Mário de. *Amar, verbo intransitivo: idílio* (1944). 16. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1995.
- ARISTÓTELES. *Arte poética: texto integral* (335? a.C.). São Paulo: Martin Claret, 2007.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental* (1946). 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2007.
- BESSE, Susan Kent. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- BINZER, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil* (1956). 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política* (1983). 12. ed. Brasília: Editora da UnB, 2004. 2 v.
- BRASIL. Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: *Diário Oficial da União*, 5 jan. 1916.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história*. São Paulo: UNESP, 2009. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788539304424>.
- CANDIDO, Antonio *et al.* *A personagem de ficção*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Indicador do Boi Gordo CEPEA. Média móvel de 24 de janeiro de 2023*. São Paulo: CEPEA, 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/boi-gordo.aspx>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história* (1975). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa* (1982). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. (Historial, 2).

CURY, Carlos Roberto Jamil. Homeschooling: um desafio legal. In: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves (org.). *Educação domiciliar no Brasil: mo(vi)mento em debate*. Curitiba: CRV, 2021. p. 23-43.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

*DIÁRIO NACIONAL*. São Paulo, Anno I, n. 12, 27 jul. 1927, p. 7.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1989.

FERNANDES, Fabio Julio. *A experiência do cuidado de si em Machado de Assis*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 61-91.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber* (1969). 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder* (1979). 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo: Ática, 2010.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LEENHARDT, Jacques. A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 41-50.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. *A mulher na língua do povo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LIMA, Ana Laura Godinho; MENEZES, Roni Cleber Dias de. Apresentação. In: Dossiê 1: Contribuições da literatura para a História da Educação. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.21, e071, p.1-5, fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-71>.

- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil* (1997). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 443-481.
- MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários* (1974). 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 278-321.
- PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. 4 v.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- PRATSINIS, Nikos. ΕΙΣΑΓΩΓΗ. In: ANDRADE, Mário de. *Αγαπώ, ρήμα αμετάβατο*. Μεταφράστηκε από Nikos Pratsinis. Αθήνα: Printa-Ποές, 2017. p. 7-58.
- PRATSINIS, Nikos. Συζήτηση με τον Nikos Pratsinis για τον Μάριου ντε Αντράντε και το έργο του. [Συνέντευξη που χορηγήθηκε στον] Vangelis Boumpakis. *Extreme Ways*, Αθήνα, 23 Ιούνιος. 2020. Disponível em: <https://www.extremeways.gr/mario-de-adrade-pratsinis/>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- RAGO, Margareth. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. p. 51-60.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- REIS, Maria Cândida Delgado. *Tessitura de Destinos: mulher e educação São Paulo 1910/20/30*. São Paulo: EDUC, 1993.
- ROSA, Felipe Augusto de Miranda. *Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social* (1970). 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- SAGAWA, Roberto Yutaka (org.). *O amar de Mário de Andrade*. Assis: FCL UNESP, 2010.
- SCHÜLER, Donaldo. *Eros: dialética e retórica*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (1983). 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.11, p.77-87, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464>. Acesso em: 10 fev. 2023.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. 11<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2020.

VIDAL, Diana Gonçalves; VICENTINI, Paula Perin (org.). *Mulheres inovadoras no ensino: (São Paulo, séculos XIX e XX)*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2019.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 95-134.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. *Revista Brasileira de Educação*, v.19, n.59, p.827-849, out./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000900002>.